

Políticas Públicas de Saúde Mental no Combate ao Burnout: A Importância do Atendimento Multidisciplinar

Public Mental Health Policies in Combating Burnout: The Importance of Multidisciplinary Care

Políticas Públicas de Salud Mental en el Combate al Burnout: La Importancia de la Atención Multidisciplinaria

RESUMO

As políticas públicas de saúde mental desempenham um papel fundamental no enfrentamento da síndrome de burnout, especialmente entre os profissionais expostos a ambientes de trabalho de alta demanda emocional, como os da área da saúde, educação e segurança pública. Este estudo teve como objetivo analisar o papel dessas políticas, com ênfase na importância do apoio multidisciplinar como estratégia para o atendimento integral. Foi adotada uma metodologia qualitativa, exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica e documental de publicações de 2015 a 2025, além de documentos oficiais nacionais e internacionais. Os resultados indicam um aumento significativo de afastamentos por transtornos psicológicos, especialmente burnout, e destacam a eficácia da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o apoio multidisciplinar na atenção à saúde mental dos trabalhadores. No entanto, ainda existem desafios, como a escassez de recursos, a estigmatização dos transtornos mentais e o acesso desigual aos serviços. Conclui-se que há uma necessidade urgente de fortalecer e ampliar as políticas públicas de saúde mental, investindo na capacitação profissional, na integração dos serviços e na criação de ambientes de trabalho saudáveis, a fim de promover o bem-estar e prevenir o adoecimento psíquico.

DESCRITORES: Burnout; Saúde Mental; Multidisciplinar; Apoio Psicossocial;

ABSTRACT

Mental health public policies play a fundamental role in addressing burnout syndrome, especially among professionals exposed to high emotional demand work environments, such as those in healthcare, education, and public safety. This study aimed to analyze the role of these policies, with an emphasis on the importance of multidisciplinary support as a strategy for comprehensive care. A qualitative, exploratory, and descriptive methodology was adopted, based on bibliographic and documentary review of publications from 2015 to 2025, as well as official national and international documents. The results indicate a significant increase in leave due to psychological disorders, especially burnout, and highlight the effectiveness of the Psychosocial Care Network (RAPS) and multidisciplinary support in mental health care for workers. However, challenges remain, such as resource shortages, the stigmatization of mental disorders, and unequal access to services. It is concluded that there is an urgent need to strengthen and expand mental health public policies, investing in professional training, service integration, and the creation of healthy work environments in order to promote well-being and prevent psychological illness.

DESCRITORES: Burnout; Mental Health; Multidisciplinary; Psychosocial Support;

RESUMEN

Las políticas públicas de salud mental desempeñan un papel fundamental en el abordaje del síndrome de burnout, especialmente entre los profesionales expuestos a entornos laborales de alta demanda emocional, como los de la salud, la educación y la seguridad pública. Este estudio tuvo como objetivo analizar el papel de dichas políticas, con énfasis en la importancia del apoyo multidisciplinario como estrategia para una atención integral. Se adoptó una metodología cualitativa, exploratoria y descriptiva, basada en revisión bibliográfica y documental de publicaciones entre 2015 y 2025, además de documentos oficiales nacionales e internacionales. Los resultados indican un aumento significativo en las licencias por trastornos psicológicos, especialmente por burnout, y destacan la eficacia de la Red de Atención Psicossocial (RAPS) y del apoyo multidisciplinario en el cuidado de la salud mental de los trabajadores. Sin embargo, persisten desafíos como la escasez de recursos, la estigmatización de los trastornos mentales y el acceso desigual a los servicios. Se concluye que existe una necesidad urgente de fortalecer y ampliar las políticas públicas de salud mental, invirtiendo en la formación profesional, la integración de los servicios y la creación de ambientes laborales saludables, con el fin de promover el bienestar y prevenir el padecimiento psíquico.

DESCRITORES: Burnout; Salud Mental; Multidisciplinario; Apoyo Psicossocial.

Mateus Henrique Dias Guimarães

Mestrado em Saúde Pública. Universidad Europea del Atlántico (Unatlántico). Santander, Espanha

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0206-0011>

Recebido em: 27/05/2025

Aprovado em: 19/06/2025

INTRODUÇÃO

As políticas de saúde são um conjunto de princípios, diretrizes e ações organizadas pelo Estado com o objetivo de garantir o acesso da população aos serviços de saúde de forma equitativa, integral e contínua. Essas políticas são concebidas como estratégias para promover, proteger e recuperar a saúde das pessoas, levando em conta as necessidades coletivas e individuais da sociedade^[1].

Essas políticas podem assumir várias formas: por meio da criação de programas de saúde pública, da organização de serviços e redes de atenção, do financiamento do setor, do estabelecimento de prioridades, do controle sanitário, da promoção da saúde e da prevenção de doenças e agravos à saúde. As políticas de saúde orientam como o sistema de saúde funciona, quem tem acesso aos serviços, como esses serviços são prestados e como os recursos são distribuídos^[2].

No Brasil, essas políticas são baseadas na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. A partir disso, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS) para organizar e implementar políticas públicas de saúde em todo o país. O SUS é fundamentado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade^[3].

Portanto, as políticas de saúde servem para estruturar o sistema de saúde de forma eficiente, justa e democrática. Elas têm como objetivo reduzir as desigualdades sociais e regionais, melhorar a qualidade de vida da população, garantir a prevenção e o tratamento de doenças e promover ambientes saudáveis. Essas políticas funcionam como ferramentas de gestão pública que orientam o planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados de saúde^[4].

O burnout é caracterizado por exaustão emocional, distanciamento emocional do trabalho e sensação de

ineficácia profissional. Afeta especialmente aqueles que trabalham em setores emocionalmente exigentes, como saúde, educação, segurança pública e serviços sociais. Os profissionais de saúde, por exemplo, experimentaram níveis históricos de sobrecarga durante a pandemia da COVID-19, o que agravou o estresse crônico e a exaustão emocional em todo o país^[5].

Nesse contexto alarmante, o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental e a garantia de um atendimento humanizado e multidisciplinar surgem como medidas essenciais. A escuta qualificada e o trabalho em equipe entre os diferentes profissionais de saúde podem transformar o atendimento, tornando-o mais eficaz e focado nas reais necessidades dos trabalhadores. Mais do que tratar os sintomas, é urgente prevenir o adoecimento, combater o estigma e promover ambientes de trabalho mais saudáveis e solidários.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender o papel das políticas públicas de saúde mental no enfrentamento da síndrome de burnout. A pesquisa é baseada em revisão bibliográfica e documental, incluindo publicações científicas indexadas em bases de dados como SciELO, PubMed, LILACS e Google Scholar, bem como documentos oficiais do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Foram selecionados artigos publicados entre 2015 e 2025, com ênfase em estudos que abordassem o burnout no contexto do trabalho e estratégias de atendimento multidisciplinar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Também foram analisadas a legislação nacional, as diretrizes e as políticas públicas relacionadas à saúde mental, como a Política Nacional de Saúde Mental e

a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, com foco na identificação de categorias relacionadas à prevenção, ao diagnóstico, ao tratamento e ao cuidado do burnout, considerando o papel das equipes interdisciplinares e a eficácia das ações governamentais na promoção da saúde mental dos trabalhadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A síndrome de burnout tornou-se uma das principais causas de afastamento do trabalho no Brasil, refletindo um fenômeno com impacto significativo no cenário da saúde pública. De acordo com dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 2022, aproximadamente 209.124 trabalhadores se afastaram de suas atividades laborais devido a transtornos psicológicos, com destaque para o burnout^[6].

Esse número não só revela a magnitude do problema como também aponta um aumento significativo em relação aos anos anteriores, evidenciando a crescente prevalência do esgotamento profissional no país, principalmente entre aqueles que trabalham em ambientes emocionalmente exigentes, como saúde, educação e segurança pública^[7].

A síndrome de Burnout, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e sensação de ineficácia profissional, tem afetado cerca de 30% dos trabalhadores brasileiros, de acordo com vários estudos. Esse índice alarmante ressalta a profundidade do problema e suas consequências diretas para a saúde mental dos profissionais. A exaustão emocional, um dos principais sintomas, tem levado muitos trabalhadores à fadiga extrema, prejudicando sua saúde e produtividade^[8].

A despersonalização, por sua vez, contribui para o distanciamento emocional do trabalho e dos colegas, criando um ciclo de alienação que pode levar ao aumento da insatisfação no trabalho

e do absentismo. Além disso, o sentimento de ineficácia profissional, outro aspecto central do burnout, resulta em diminuição da motivação e dificuldade de realizar tarefas que antes eram vistas como gratificantes^[9].

A incidência crescente dessa síndrome exige uma abordagem mais integrada e humanizada da saúde mental, com ênfase na prevenção, no cuidado adequado e no apoio contínuo aos profissionais afetados. O reconhecimento precoce dos sintomas de burnout e a implementação de programas de apoio psicológico são medidas essenciais para reduzir os danos e apoiar a recuperação dos trabalhadores, garantindo ambientes de trabalho mais saudáveis e produtivos^[10].

Estrutura e cobertura da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria GM/MS nº 3.088/2011, tem como objetivo organizar e integrar os serviços de saúde mental no Brasil no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A RAPS foi concebida para garantir que as pessoas com transtornos mentais tenham acesso a cuidados contínuos e integrais, prestando assistência tanto para aqueles que necessitam de suporte leve quanto para os que se encontram em situações mais complexas^[11].

Um dos componentes mais significativos dessa rede são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que desempenham um papel central na assistência aos indivíduos com transtornos mentais graves e persistentes. Os CAPS são serviços especializados que têm como foco a reabilitação psicossocial e a reintegração social por meio de uma abordagem terapêutica e comunitária^[12].

Sua missão é oferecer atendimento próximo à comunidade, evitando a institucionalização em hospitais psiquiátricos e promovendo autonomia e qualidade de vida. No entanto, apesar de seu

papel essencial, a cobertura da RAPS no Brasil ainda enfrenta grandes desafios, especialmente no que diz respeito à distribuição desigual dos serviços de saúde mental nas diferentes regiões^[13].

Essa disparidade compromete o acesso equitativo aos serviços, principalmente em regiões mais vulneráveis, como o Norte e o Nordeste, onde as distâncias geográficas e as condições socioeconômicas dificultam a implementação efetiva da rede. Mesmo em áreas com melhor infraestrutura, ainda há desafios relacionados à qualidade e à integração dos serviços, o que pode criar lacunas no atendimento e aumentar as desigualdades em saúde mental^[14].

Outra questão urgente é a infraestrutura de leitos e serviços especializados de saúde mental. A disponibilidade de leitos e dispositivos de atendimento psicossocial continua insuficiente para atender à crescente demanda por tratamento. A falta de investimentos adequados e a escassez de recursos humanos qualificados agravam essa situação, destacando a necessidade urgente de expandir e fortalecer a RAPS para ampliar a cobertura, melhorar a qualidade do atendimento e garantir um acesso mais equitativo aos serviços de saúde mental em todo o país^[15].

O treinamento de profissionais qualificados e o fortalecimento das equipes multiprofissionais são essenciais para que a RAPS funcione de forma eficaz. O modelo assistencial deve ser mais inclusivo e focado no atendimento humanizado, adotando uma abordagem holística que considere não apenas os aspectos clínicos, mas também as condições sociais e psicológicas do paciente^[16].

A expansão da RAPS e a melhoria da qualidade do atendimento são passos fundamentais para tratar a saúde mental no Brasil de forma mais eficaz e abrangente, considerando as necessidades de uma população diversificada e vulnerável^[16].

O atendimento multidisciplinar como estratégia de apoio integral

O atendimento multidisciplinar é uma estratégia fundamental para o enfrentamento do burnout, pois permite uma abordagem mais abrangente e personalizada das necessidades de saúde dos indivíduos. Esse modelo de atendimento, que envolve profissionais como psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, entre outros, permite uma compreensão mais ampla do sofrimento do paciente e contribui para intervenções mais eficazes^[17].

Ao integrar diversos conhecimentos especializados, as equipes multidisciplinares podem fornecer cuidados que não apenas tratam os sintomas do burnout, mas também abordam as causas subjacentes e os aspectos sociais e emocionais que afetam a saúde mental dos trabalhadores^[17].

Estudos científicos apontam que a ação integrada dessas equipes é um dos principais fatores para a promoção eficaz da saúde mental. A escuta empática e a criação de projetos terapêuticos personalizados são elementos-chave desse processo. Ouvir atentamente e pessoalmente os trabalhadores ajuda a identificar com mais precisão suas necessidades e a elaborar planos de cuidados que envolvam não apenas a redução de sintomas, mas também a promoção do bem-estar e da qualidade de vida [18].

O conceito de apoio matricial, que envolve a colaboração entre especialistas em saúde mental e profissionais da atenção primária, tem se mostrado particularmente eficaz. Esse modelo visa melhorar a atenção à saúde mental por meio da integração de conhecimentos e práticas de diferentes áreas, fortalecendo a rede de cuidados e promovendo uma abordagem mais holística e preventiva^[19].

O apoio matricial permite, por exemplo, que um enfermeiro da atenção primária - que tem contato direto com os trabalhadores - seja treinado para

identificar sinais precoces de burnout e encaminhar o paciente para atendimento especializado com apoio contínuo de profissionais de saúde mental ^[119].

Entretanto, a implementação efetiva do atendimento multidisciplinar enfrenta desafios estruturais que precisam ser superados. Um dos principais obstáculos é a falta de profissionais qualificados, especialmente em áreas remotas ou com poucos recursos ^[20].

A falta de integração entre os diferentes níveis de atendimento à saúde - incluindo a atenção primária, a atenção especializada e os serviços hospitalares - pode comprometer a continuidade do atendimento e a eficácia do tratamento. Para garantir a plena eficácia do atendimento multidisciplinar, é essencial a capacitação profissional contínua, assegurando que os profissionais estejam preparados para lidar com as especificidades do burnout e de outros transtornos de estresse relacionados ao trabalho ^[21].

O atendimento multidisciplinar é um modelo promissor para o enfrentamento do burnout, mas sua implementação requer esforços e investimentos contínuos em capacitação profissional, integração de serviços e acesso a recursos adequados. Somente por meio dessa articulação será possível prestar um atendimento mais humanizado e eficaz, que realmente atenda às necessidades dos trabalhadores e contribua para a prevenção e o tratamento do burnout em sua totalidade ^[22].

Desafios e perspectivas para as políticas públicas de saúde mental

Embora o Brasil tenha feito progressos significativos na formulação de políticas públicas de saúde mental, como a Política Nacional de Saúde Mental e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ainda existem obstáculos substanciais que comprometem a eficácia dessas iniciativas. A implementação enfrenta desafios estruturais e culturais que limitam o alcance e a eficácia da atenção à

saúde mental no país ^[23].

Um dos principais desafios é a falta de recursos financeiros adequados para expandir e manter a RAPS. O financiamento insuficiente dificulta a expansão da infraestrutura necessária para cobrir toda a população, principalmente em regiões remotas e áreas com maior vulnerabilidade social. A escassez de profissionais especializados também é um problema crítico, pois as equipes multidisciplinares - essenciais para o tratamento de transtornos mentais graves, como o burnout - não contam com pessoal adequado em todas as regiões, resultando em lacunas no atendimento ^[24].

Um fator cultural persistente que limita o sucesso das políticas públicas de saúde mental no Brasil é o estigma que envolve os transtornos mentais. A sociedade geralmente percebe a doença mental como um sinal de fraqueza, levando ao preconceito e à discriminação contra aqueles que enfrentam desafios de saúde mental. Isso não afeta apenas os pacientes, que podem evitar procurar ajuda devido ao estigma, mas também dificulta as ações preventivas e a criação de ambientes de trabalho saudáveis ^[25].

A pandemia da COVID-19 exacerbou ainda mais a situação, agravando os problemas de saúde mental em todo o mundo - inclusive no Brasil. Durante esse período, houve um aumento substancial na demanda por serviços de saúde mental devido aos impactos psicológicos do isolamento social, do medo da doença e da perda de entes queridos. Ao mesmo tempo, a crise de saúde expôs a fragilidade do sistema de saúde mental, incluindo a escassez de leitos, a falta de profissionais treinados e a infraestrutura insuficiente para lidar com o aumento dos casos de ansiedade, depressão e burnout entre os trabalhadores da linha de frente, como os profissionais de saúde ^[26].

No entanto, esse cenário também destacou a importância da saúde men-

tal na agenda pública, oferecendo uma oportunidade para fortalecer e expandir as políticas existentes. O desafio agora é construir um sistema de saúde mental resiliente e sustentável que não apenas trate, mas também previna doenças psicológicas. A expansão da cobertura da RAPS é uma etapa fundamental para garantir um acesso mais amplo a serviços especializados, e o treinamento profissional deve ser uma prioridade para garantir a eficácia dos tratamentos disponíveis.

A integração intersetorial torna-se um ponto fundamental para o sucesso das políticas públicas de saúde mental. A colaboração entre diferentes setores da administração pública - como educação, assistência social, trabalho e saúde - é essencial para a criação de uma rede de apoio mais abrangente e eficiente. A promoção da saúde mental não deve se limitar ao tratamento de doenças, mas deve incluir estratégias de prevenção e promoção do bem-estar desde os ambientes educacionais e sociais até o local de trabalho ^[27].

Portanto, a criação de locais de trabalho saudáveis deve ser uma prioridade nas agendas de saúde pública e de gestão do trabalho. Isso envolve não apenas a implementação de políticas de saúde mental nas empresas, mas também a educação de empregadores e funcionários sobre os riscos de burnout e como criar ambientes que promovam a qualidade de vida no trabalho. Programas de apoio psicológico, estratégias de gerenciamento de estresse e treinamento para que os líderes das empresas abordem questões de saúde mental são fundamentais para garantir que os profissionais não fiquem sobrecarregados, minimizando o risco de burnout e promovendo uma saúde mental positiva ^[28].

É essencial que as políticas públicas de saúde mental evoluam para uma abordagem mais integrada, preventiva e acessível, considerando as várias dimensões do sofrimento psicológico. Buscar estratégias inovadoras para tratar

e prevenir o burnout e outros transtornos relacionados ao trabalho deve ser uma prioridade nacional, monitorada de perto pelo governo, pela sociedade civil e pelos próprios trabalhadores^[29].

CONCLUSÃO

Este estudo demonstra ser de grande relevância para a saúde pública e coletiva, pois aborda um problema crescente que afeta não só a saúde mental dos trabalhadores, mas também a qualidade dos serviços prestados à população. O burnout e os transtornos mentais ocupacionais têm impactos significativos

na produtividade, na qualidade de vida e no bem-estar individual, tornando essencial a implementação de políticas públicas eficazes para sua prevenção e tratamento.

A aplicação prática deste estudo pode resultar em melhorias substanciais na assistência à saúde mental no Brasil, principalmente ao propor a ampliação e a qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis. Estratégias como o apoio multidisciplinar, o apoio matricial e a integração intersectorial fornecem uma base sólida para a criação de políticas públicas

mais eficazes e acessíveis, atendendo às necessidades de um país marcado por profundas desigualdades regionais e sociais.

Portanto, este estudo contribui para a construção de um sistema de saúde mental mais resiliente, capaz de enfrentar os desafios atuais e futuros, promovendo o bem-estar não apenas dos trabalhadores, mas da sociedade como um todo. Destaca a necessidade de tratar a saúde mental com a mesma importância que outras questões de saúde pública, reconhecendo-a como um direito fundamental e uma prioridade na agenda pública.

Referências

1. ALMEIDA, José Miguel Caldas de. Política de saúde mental no Brasil: o que está em jogo nas mudanças em curso. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, p. e00129519, 2019.
2. ARAUJO, Alex Viana de et al. Indicadores de saúde mental, de satisfação no trabalho e de gestão de pessoas: um estudo com servidores públicos de instituição de ensino superior. 2023.
3. DA SILVA, Amanda Barbosa et al. SAÚDE MENTAL NA COMUNIDADE: A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO INTEGRADO. *ARACÊ*, v. 6, n. 3, p. 9142-9149, 2024.
4. DA SILVA, Amanda Barbosa et al. SAÚDE MENTAL NA COMUNIDADE: A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO INTEGRADO. *ARACÊ*, v. 6, n. 3, p. 9142-9149, 2024.
5. DE AZEVEDO, Regiane Silva. SAÚDE MENTAL E ACOLHIMENTO: A IMPORTÂNCIA DO NÚCLEO DE SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR. *Revista Multidisciplinar em Saúde*, v. 2, n. 3, p. 03-03, 2021.
6. DOS SANTOS FILHO, Manoel Borges et al. Acolhimento E Cuidados Em Saúde Mental Na Atenção Primária: Impactos No Sistema De Saúde. *Revista Interdisciplinar Cognitus*, v. 2, n. 1, p. 207-216, 2025.
7. DOS SANTOS, Jaine Rodrigues. Psicologia e políticas de saúde: a importância da política nacional de saúde integral da população negra no cuidado a saúde mental de estudantes quilombolas do ensino superior do município de Orocó-PE. *Fórum Regional de Pesquisa e Intervenção (FOR-PEI)*, n. 2, 2020.
8. FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi. Cuidado em saúde mental infantojuvenil na atenção básica à saúde: práticas, desafios e perspectivas. 2019.
9. FLORES, Douglas. A importância dos profissionais de saúde na desinstitucionalização do estigma dos sujeitos com transtornos mentais. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, n. 23, p. 41-46, 2020.
10. GRYSCHK, Guilherme; PINTO, Adriana Avanzi Marques. Saúde Mental: como as equipes de Saúde da Família podem integrar esse cuidado na Atenção Básica? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 3255-3262, 2015.
11. GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias et al. Gestão Participativa na Saúde Coletiva: Caminhos para a Efetivação de Políticas Públicas Locais. *Revista Brasileira de Implantodontia e Ciências da Saúde*, v. 7, n. 2, p. 1495-1503, 2025.
12. GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias. ATU-

AÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O TABAGISMO EM PACIENTES COM DPOC NA APS. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 8, n. 1, p. 1-10, 2025.

13. **GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias.** O enfermeiro e seu papel na análise da situação de saúde. Saúde e Sociedade, v. 3, n. 06, p. 218-226, 2023.

14. **LIMA, Maura; DIMENSTEIN, Magda.** O apoio matricial em saúde mental: uma ferramenta apoiadora da atenção à crise. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 20, p. 625-635, 2016.

15. **LUZ, Dayse Cristina Rodrigues Pereira et al.** Burnout e saúde mental em tempos de pandemia de COVID-19: revisão sistemática com metanálise. Enfermagem (São Paulo), v. 24, n. 276, pág. 5714-5725, 2021.

16. **MOREIRA, Daniela Zanoni; RODRIGUES, Maria Beatriz.** Saúde mental e trabalho docente. Estudos de Psicologia (Natal), v. 23, n. 3, p. 236-247, 2018.

17. **PEREIRA, Hortência Pessoa; SANTOS, Fábio Viana; MANENTI, Mariana Aguiar.** Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. Boletim de conjuntura (BOCA), v. 3, n. 9, p. 26-32, 2020.

18. **PEREZ, Karine Vanessa; BOTTEGA, Carla Garcia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo.** Análise das políticas de saúde do trabalhador e saúde mental: uma proposta de articulação. Saúde em Debate, v. 41, p. 287-298, 2017.

19. **RÉZIO, Larissa de Almeida et al.** Contribuições do PET-Saúde/Redes de Atenção Psicossocial à Saúde da Família. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 19, n. suppl 1, p. 793-803, 2015.

20. **RIBEIRO, Beatriz Maria dos Santos Santiago et al.** Associação entre a síndrome de burnout e violência ocupacional em professores. Acta Paulista de Enfermagem, v. 35, p. eAPE01902, 2022.

21. **SAMPAIO, Mariá Lanzotti; BISPO JÚNIOR,**

José Patrício. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 3, p. e00042620, 2021.

22. **SANTOS, Angela Maria; CUNHA, Antonio Ledo Alves; CERQUEIRA, Paula.** O matriciamento em saúde mental como dispositivo para a formação e gestão do cuidado em saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 30, p. e300409, 2020.

23. **SILVA, Marta Emanuely et al.** Mapeamento de serviços e recursos humanos da rede de atenção psicossocial da Paraíba: um estudo ecológico. 2024.

24. **SOUSA, Afonso Cunha; DE ASSIS SOUSA, Ana Paula Veloso.** Aplicabilidade da Lei 11.340/06: A falta de recursos e infraestrutura. Revista Acadêmica Online, v. 10, n. 50, p. 1-25, 2024.

25. **STERLING, Rita Adriana Melo; GONÇALVES, Laura Faustino; HAAS, Patrícia.** Atenção à saúde mental na atenção primária de saúde: uma revisão sistemática. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 10, n. 3, p. e43210313394-e43210313394, 2021.

26. **TEODORO, Maria Cecília Máximo; VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca.** Diálogos sobre a Saúde Mental Relacionada ao Trabalho.

27. **TOMAZ, Marcilea et al.** A saúde mental em tempos de desafios e retrocessos: uma revisão. Argumentum, v. 12, n. 2, p. 91-106, 2020.

28. **TRINDADE, Leticia de Lima; LAUTERT, Liana.** Síndrome de Burnout entre os trabalhadores da Estratégia de Saúde da Família. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 44, p. 274-279, 2010.

29. **ZEFERINO, Maria Terezinha et al.** Percepção dos trabalhadores da saúde sobre o cuidado às crises na Rede de Atenção Psicossocial. Escola Anna Nery, v. 20, n. 3, p. e20160059, 2016